



COMISSÃO EUROPEIA

SERVIÇO DE AJUDA HUMANITÁRIA (ECHO)

ESTRATÉGIA DE AJUDA ECHO 2004

Versão final 18/12/2003

1. SÍNTESE

O presente documento estabelece as orientações estratégicas para as acções do ECHO no domínio da ajuda humanitária em 2004. Como Serviço de Ajuda Humanitária da Comunidade Europeia, o ECHO presta assistência numa base não discriminatória a populações de países terceiros afectadas por catástrofes provocadas pelo homem ou naturais, assim como a populações afectadas por conflitos. O ECHO providencia a prestação desta assistência que é determinada exclusivamente com base nas necessidades e independentemente de quaisquer considerações de natureza política. O ECHO visa igualmente ajudar as populações afectadas a voltarem a ser auto-suficientes e, tendo esse fim em vista, o ECHO está activamente empenhado na implementação da ligação entre ajuda de emergência, reabilitação e desenvolvimento (LRRD). O ECHO também desenvolve actividades de promoção de medidas tendo em vista a preparação para situações de catástrofe. A população civil continua a ser um dos alvos principais, bem como a primeira vítima, de conflitos violentos. A Ásia e a África são as regiões do mundo mais afectadas por conflitos desse tipo. O número de pessoas internamente deslocadas (IDP) em todo o mundo continua a cifrar-se nos 25 milhões. Em números absolutos, o número de refugiados diminuiu após o regresso de 2 milhões de civis ao Afeganistão, o que fez reduzir o número total para 10,4 milhões de refugiados. No entanto, tal não se traduz numa diminuição das necessidades de ajuda humanitária, pois esta não se destina apenas às IDP e aos refugiados, contemplando igualmente os retornados.

A nível mundial, o número de catástrofes naturais aumentou durante a última década, sendo a fome o factor que, por si só, maior número de mortes provoca. Também neste caso, é necessário ter em conta outros dados para avaliar a situação humanitária: apesar de o número de mortes comunicadas a nível mundial devido a catástrofes naturais ter diminuído, o número de pessoas afectadas aumentou, provocando assim maiores necessidades humanitárias.

Em 2004, o ECHO continuará a intervir nas zonas em que as necessidades humanitárias são maiores, de acordo com a avaliação das necessidades gerais para 2004 efectuada pelo ECHO: em África (Corno de África, Grandes Lagos, África Ocidental e África Austral) e algumas partes da Ásia (Iraque, Afeganistão). Além disso, a situação humanitária no Médio Oriente continua a deteriorar-se de forma dramática. O ECHO continuará também a dispensar uma atenção especial às crises esquecidas e às necessidades esquecidas, como as que continuam a registar-se no Haiti, Sara Ocidental, Myanmar/Birmânia, Nepal, Rússia (Chechénia), Sudão, Somália, Tailândia (fronteira com a Birmânia) e Uganda. O ECHO continua também empenhado na resolução adequada de questões transversais como LRRD e preparação para situações de emergência, actividades relacionadas com as crianças e água. A água foi seleccionada como nova prioridade horizontal devido à sua importância em termos de resposta susceptível de salvar vidas humanas em crises humanitárias e enquanto um dos elementos ou factores na origem de catástrofes naturais. A estratégia de informação e comunicação do ECHO em 2004 continuará a centrar-se na defesa da causa da manutenção de um “espaço humanitário” independente em situações de crise e da preservação da dignidade das populações afectadas por catástrofes humanitárias.

Tudo isto assumirá especial relevância em 2004, tendo em conta as alterações significativas do contexto institucional a diversos níveis resultantes da eleição de

um novo Parlamento Europeu, da adesão de 10 novos Estados-Membros e da nomeação de uma nova Comissão.

2. DECLARAÇÃO DE MISSÃO

O ECHO - o Serviço de Ajuda Humanitária da Comunidade Europeia, é o serviço responsável pela prestação de assistência humanitária numa base não discriminatória a países terceiros, através do qual a Comissão exprime a solidariedade concreta da União Europeia para com as pessoas afectadas por conflitos ou catástrofes, naturais ou provocadas pelo homem, em todo o mundo. As decisões e as acções levadas a cabo pelo Serviço são determinadas exclusivamente através da avaliação das necessidades humanitárias, não se pautando nem estando sujeitas a quaisquer considerações de natureza política.

A missão do ECHO é financiar a prestação coordenada da ajuda humanitária e da protecção da Comunidade através de organizações humanitárias parceiras (ONG e organizações internacionais) com vista a salvar e a preservar vidas, reduzir ou impedir o sofrimento e salvaguardar a integridade e a dignidade de populações de países terceiros afectadas por crises humanitárias. A sua assistência visa igualmente facilitar, em conjunto com outros instrumentos de ajuda, o regresso subsequente das populações à situação de auto-suficiência sempre e onde quer que tal seja possível, de modo a permitir a desactivação gradual dos financiamentos do ECHO em boas condições. Nessa perspectiva, o Serviço de Ajuda Humanitária está activamente empenhado na implementação da ligação entre ajuda de emergência, reabilitação e desenvolvimento (LRRD) e no desenvolvimento de uma cooperação mais sólida com outros serviços da Comissão ou com outros dadores. Para além da resposta directa às necessidades humanitárias em tal tipo de situações, a política do ECHO visa igualmente contribuir de uma forma positiva para o estabelecimento ao nível internacional de uma abordagem mais integrada e sustentável relativamente à resolução de crises/problemas de natureza complexa.

Com base na experiência que adquiriu na resolução de catástrofes, o ECHO também desenvolve a sua actividade com vista à promoção da preparação para situações de emergência - no âmbito de uma Abordagem Global da Comissão para a Prevenção e Preparação para Catástrofes - com vista a reduzir quer a vulnerabilidade, quer a exposição das pessoas a riscos e a catástrofes, assim como para reduzir os custos económicos de tais catástrofes.

A ajuda humanitária actua em contextos difíceis caracterizados pela imprevisibilidade, volatilidade, insegurança e acesso problemático às vítimas. As condições complexas e voláteis em que o Serviço desenvolve a sua actividade, assim como o facto de as operações humanitárias serem levadas a cabo por terceiros, fazem com que a realização dos objectivos políticos definidos seja uma tarefa difícil. A realização de objectivos políticos definidos poderá depender de factores que não estão nem imediata, nem directamente sob o seu controlo operacional.

3. INTRODUÇÃO

O presente documento de estratégia faz parte do ciclo de planeamento e programação estratégicos do ECHO que foi consolidado nos últimos dois anos,

aproveitando a reforma da Comissão em geral e a introdução de um sistema de gestão de desempenho em particular.

A estratégia de ajuda do ECHO para 2004 deverá ser considerada como um instrumento chave na abertura de um diálogo aberto, alargado e transparente com os seus parceiros e intervenientes humanitários. Deverá igualmente ser considerada como parte da resposta que o Serviço pretende dar na implementação concreta dos *princípios e boas práticas da ajuda humanitária* e no *plano de implementação dos bons princípios de ajuda humanitária* (a seguir designados '*bons princípios de ajuda humanitária*') que foram aprovados em Estocolmo em 16-17 de Junho de 2003.

Os *bons princípios de ajuda humanitária* determinam que os financiamentos humanitários sejam afectados de forma proporcional às necessidades e com base em avaliações de necessidades, reflectindo deste modo os pontos fulcrais dos princípios programáticos do ECHO. Os *bons princípios de ajuda humanitária* também afirmam a posição importante que as organizações civis têm na implementação da acção humanitária e apelam a todos os dadores para apoiarem as Orientações de 1994 sobre a Utilização dos Activos da Defesa Civil e Militar no Apoio a Situações de Emergência, assim como as Orientações de 2003 sobre a Utilização dos Activos da Defesa Militar e Civil para Apoiar Actividades Humanitárias das Nações Unidas em Situações de Emergência Complexas (a seguir designadas 'Orientações MCDA'). Em 2003, o ECHO, juntamente com a Agência das Nações Unidas para a Coordenação dos Assuntos Humanitários ('OCHA') organizou o lançamento das orientações de 2003 para demonstrar o seu apoio inequívoco à filosofia em que se baseiam, nomeadamente que a acção humanitária deverá manter o seu cariz civil e deverá fundamentar-se nos princípios da humanidade, neutralidade, imparcialidade e não-discriminação. A defesa e a argumentação a favor da necessidade de respeitar o "espaço humanitário" continuarão a ser uma prioridade.

Em 2004, o Serviço de Ajuda Humanitária terá de trabalhar num quadro de transição institucional. Em 1 de Maio de 2004, dez novos Estados-Membros vão aderir à União Europeia. Em Junho de 2004, cidadãos de toda a União Europeia irão poder votar nas eleições para o Parlamento Europeu. Por último, em 1 de Novembro de 2004, a nova Comissão tomará posse.

No momento da publicação da presente estratégia, ainda não é claro de que forma os trabalhos da Conferência Intergovernamental prosseguirão em 2004. O projecto de Tratado que estabelece uma Constituição preparado pela Convenção prevê uma disposição específica relativa à ajuda humanitária, que sublinha que as operações de ajuda humanitária deverão ser concluídas em conformidade com os princípios do direito humanitário internacional, nomeadamente a imparcialidade e a não-discriminação. Contudo, há que manter alguma cautela e vigilância, a fim de preservar em qualquer futuro debate sobre política externa e política comum de defesa e segurança da União os princípios que regem a ajuda humanitária e o espaço humanitário.

Após ter presidido ao Grupo de Apoio de Dadores (isto é, a reunião anual dos principais Dadores do CICV) em Junho de 2003, o ECHO organizou em Bruxelas, em Novembro de 2003, o lançamento dos Apelos Consolidados da ONU (CAP) para 2004 que privilegiaram as "crises esquecidas". O ECHO continuará a ser um dador activo tendo em vista uma coordenação estreita com outros dadores

importantes e um apoio responsável aos Apelos Consolidados Inter-agências das Nações Unidas e aos apelos da Cruz Vermelha Internacional e do Movimento do Crescente Vermelho - conforme sublinhado nos bons princípios de ajuda humanitária. Ao mesmo tempo, o ECHO irá manter a abordagem de uma parceria de “base alargada” e um diálogo amplo com as ONG humanitárias sobre questões humanitárias de importância crucial.

O Serviço irá igualmente participar na preparação da proposta da Comissão para as novas perspectivas financeiras a partir de 2007, com destaque para o capítulo relativo à ajuda humanitária.

4. SITUAÇÃO HUMANITÁRIA MUNDIAL E PERSPECTIVAS PARA 2004

A investigação demonstrou que, após a Guerra-Fria, e contrastando com o que sucedera nos anteriores conflitos que ocorreram predominantemente entre estados, os conflitos intra-estados têm vindo a tornar-se cada vez mais importantes. Este desenvolvimento afecta profundamente a população civil, que passou ser um dos principais alvos dos conflitos violentos. De acordo com a classificação do Instituto de Investigação de Conflitos Internacionais de Heidelberg¹, os elementos disponíveis apontam para a existência de 165 conflitos em curso entre Dezembro de 2002 e Julho de 2003, dos quais 52 são considerados como disputas violentas (crises, crises graves ou guerra) contra 113 conflitos não violentos (conflito latente, conflito manifesto). As conclusões da investigação voltam a demonstrar que a Ásia e a África são as regiões com o maior número de conflitos violentos, que despoletam frequentemente o desenraizamento de populações em grande escala e sofrimento humano.

O número de refugiados e pessoas internamente deslocadas (IDP) sublinha a dimensão humanitária da situação geopolítica. Em 2002, o número total de refugiados a nível mundial diminuiu quase 14%, passando de 12 milhões para 10,4 milhões relativamente a 2001². A razão principal está no regresso de cerca de 2 milhões de civis ao Afeganistão. A diminuição do número de pessoas desenraizadas não se traduziu numa diminuição das necessidades humanitárias, dado que os refugiados que regressaram ao Afeganistão continuam a necessitar de ajuda para reconstruírem as suas vidas. O número de retornados que receberam assistência do ACNUR aumentou conseqüentemente de meio milhão em 2001 para quase 2,5 milhões em 2002. Os dados do ACNUR não têm em conta os mais de 4 milhões de refugiados palestinianos registados junto da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA).³ Assim,

¹ Instituto de Investigação de Conflitos Internacionais de Heidelberg (HIIK), “Early Detection of Man-made Crises” (‘Detecção Precoce de Crises Provocadas pelo Homem’), Relatório Intercalar ao ECHO (Agosto de 2003), , http://www.hiik.de/en/index_e.htm.

² <http://www.unhcr.ch/cgi-bin/texis/vtx/basics> fonte: “Refugees by Numbers”, Edição 2003

³ <http://www.un.org/unrwa/publications/index.html>; A definição de refugiados da UNRWA inclui os descendentes das pessoas que se tornaram refugiados em 1948. O número de palestinianos refugiados aumentou de 914 000 em 1950 para mais de 4 milhões em 2003, e continua a aumentar devido ao crescimento demográfico normal

apesar do facto de o número de novos refugiados registados pelo ACNUR (quase 300.000) ser 69% inferior ao de 2001, sendo que as maiores deslocações tiveram lugar na África sub-Saariana, as necessidades totais aumentaram. De acordo com o ACNUR, a Ásia é a região que acolhe a maior população de refugiados em todo o mundo (4,2 milhões), seguindo-se-lhe a África (3,34 milhões) e a Europa (2,14 milhões).

O número de IDP no mundo continua a cifrar-se nos 25 milhões, sendo que existem em África mais IDP que no conjunto do resto do mundo, com um total de 13 milhões deslocadas de suas casas devido a conflito⁴. O número constante de 25 milhões de IDP em 2002 sugere uma situação estática, enquanto que na realidade houve um movimento importante de pessoas deslocadas de cerca de três milhões de IDP que regressaram às suas casas e um número semelhante de pessoas que passaram agora à situação de deslocadas. Ambos os grupos necessitam de assistência.

Conforme referido no World Disasters Report (Relatório sobre Catástrofes Mundiais) relativo a 2003⁵, em 2002 registou-se um número maior de catástrofes do que em qualquer outro ano na década que decorreu entre 1992-2001. As catástrofes ocorridas em 2002 provocaram um número menor de mortes mas tiveram um impacto maior que na década anterior. No ano passado, o número de pessoas mortas que foi comunicado foi de 24.500 em comparação com a média registada na década, e que foi de 62.000 mortes por ano. Contudo, pensa-se que o número de pessoas afectadas terá ascendido a 608 milhões, representando três vezes a média anual de 1992-2001. Os habitantes dos países menos desenvolvidos do mundo correm um risco maior de serem vítimas de uma catástrofe. Dos 24.500 mortos registados em 2002, 94% viviam em países em desenvolvimento.

Ao nível mundial, o número de catástrofes climáticas aumentou de uma média anual de 200 no período 1993-1997, para uma média anual de 331 no período de 1998-2002. Na última década, a fome parece ter sido a causa do maior número de mortes (275.000 mortos, quase metade das mortes registadas), enquanto que as inundações afectaram mais pessoas do que qualquer outra catástrofe natural ou tecnológica (140 milhões numa média anual). Conforme sublinhado pelo Relatório da FICV sobre Catástrofes Mundiais de 2003, o número de mortes registadas ao nível mundial diminuiu 39% relativamente às décadas de 1983-1992 e 1993-2002, enquanto que o número de pessoas afectadas aumentou 54% ao longo do mesmo período, provocando grandes necessidades em termos humanitários.

Ao responderem às crises naturais e provocadas pelo homem, os dadores de ajuda humanitária e as organizações humanitárias vêm-se cada vez mais confrontadas com o impacto crescente do VIH/SIDA na população visada pelas intervenções de ajuda de emergência. Em situações de emergência, a interacção entre a SIDA e outros factores que estão na origem de uma crise representa um desafio adicional quer para as comunidades afectadas, quer para as agências humanitárias. Longe de

⁴ http://www.idpproject.org/global_overview.htm

⁵ <http://www.ifrc.org/publicat/wdr2003/> : FICV World Disasters Report 2003 Homepage

estar controlada, a pandemia da SIDA continua a alastrar. Na África Austral, a SIDA é agora a principal causa da morte e a quarta doença que causa um maior número de mortes ao nível mundial. A participação do ECHO na luta contra a SIDA está limitada pelo seu mandato humanitário de salvar vidas no rescaldo imediato de uma crise, assim como pelos recursos de que dispõe. A abordagem do ECHO continuará a ser, sempre que possível ou viável, a da introdução de considerações que digam respeito à SIDA nas actividades humanitárias nos casos em que o VIH/SIDA tenha um impacto na eficácia das actividades apoiadas ou na capacidade da população afectada para lidar com a situação. O objectivo do apoio do ECHO é contribuir para a redução da transmissão do HIV e das mortes a ele associadas durante as operações humanitárias. No entanto, a luta contra o VIH/SIDA exige um empenhamento a longo prazo, bem como uma abordagem de desenvolvimento que vá para além das situações de emergência⁶. Assim, a resposta do ECHO à questão terá obrigatoriamente que estar limitada ao seu mandato de emergência e ao tipo de resposta que, por natureza, é de curta duração.

As tendências acima enumeradas confirmam as escolhas estratégicas do ECHO no passado: centrar as intervenções no seu “mandato principal” (isto é, preservar a vida em situações de emergência e no rescaldo das mesmas) promovendo ao mesmo tempo uma política de ligação activa entre os instrumentos de emergência e os instrumentos de ajuda a mais longo prazo.

5. PRINCÍPIOS GERAIS DE PROGRAMAÇÃO E OBJECTIVOS PRINCIPAIS PARA 2004

No respeito pelas melhores práticas dos principais intervenientes no plano humanitário, e em conformidade com o art. 16º do Regulamento nº 1257/96, o ECHO define princípios de programação horizontais e geográficos para as intervenções humanitárias a realizar no ano seguinte. Estes princípios de programação tomam em consideração as tendências globais, as lições aprendidas relativamente à implementação das intervenções de ajuda, assim como as limitações dos seus recursos em termos humanos e orçamentais. Os princípios definidos na programação para 2004 constituem um seguimento dos princípios que fundamentaram a sua estratégia de ajuda em anos anteriores. Esses princípios foram partilhados e apoiados quer pelos Estados-Membros, quer pelo Parlamento Europeu e pelos parceiros principais, tendo demonstrado constituir uma resposta adequada às necessidades reais.

- **Identificar e intervir nas zonas em que as necessidades humanitárias são maiores**

A avaliação das necessidades do ECHO combina uma abordagem das bases para o topo com uma abordagem do topo para as bases. A avaliação das necessidades humanitárias neste domínio é comparada com dados estatísticos relevantes (refugiados, IDP, taxas de mortalidade, propensão para catástrofes). Para efeitos do

⁶ c.f. Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu: Programa de Acção: Acção acelerada em matéria de VIH/SIDA, malária e tuberculose no contexto da redução da pobreza, COM (2001) 96 final. O documento esboça uma resposta comunitária global e coerente para o período 2001-2006 para a situação global de emergência causada pelas três principais doenças transmissíveis, VIH/SIDA, malária e tuberculose.

planeamento das operações humanitárias de 2004, a avaliação das necessidades globais foi aperfeiçoada, tendo o indicador “subnutrição geral da população” sido substituído por “crianças com peso abaixo do normal para a sua idade”, tomando assim melhor em conta as necessidades das crianças. Esta medida está em conformidade com a orientação estratégica no sentido de ser prestada atenção específica às suas necessidades. De acordo com a avaliação das necessidades gerais efectuada pelo ECHO em 2004, as zonas com maiores necessidades em termos humanitários situam-se actualmente em África (Corno de África, Grandes Lagos, África Ocidental e África Austral) e Ásia (Iraque, Afeganistão). Além disso, a situação humanitária no Médio Oriente está a deteriorar-se de forma dramática.

- **Prestar uma atenção específica às “crises esquecidas” e às “necessidades esquecidas”.**

Este princípio constitui uma expressão directa de uma abordagem humanitária fundamentada nas necessidades, que faz incidir as operações humanitárias nas necessidades das pessoas. O ECHO continuará assim a apoiar as crises que implicam grandes necessidades, independentemente do grau de cobertura ou do interesse que lhes é atribuído pelos meios de comunicação. Uma visão das bases para o topo (ao nível do terreno) foi combinada com uma abordagem do topo para as bases tendo em vista a identificação de crises humanitárias que impliquem grandes necessidades e que sejam objecto de pouca atenção por parte dos meios de comunicação ou dos dadores. Em 2004, o Serviço irá dar resposta às necessidades humanitárias criadas pelas seguintes crises mais esquecidas: Haiti, Sara Ocidental, Myanmar/Birmânia, Nepal, Rússia (Chechénia), Sudão, Somália, Tailândia (fronteira com a Birmânia) e Norte do Uganda.

- **Empenhar-se na resolução adequada das seguintes questões transversais:**

- LRRD e Preparação para Situações de Emergência,
- Actividades relacionadas com crianças e
- Água

O LRRD, como parte essencial de uma política de ajuda humanitária eficaz e sustentável continuará a ser uma consideração constante no planeamento e gestão de operações humanitárias.⁷

O ECHO irá continuar a pôr em execução uma política activa em termos de LRRD. Em 2004, o ECHO irá aproveitar os resultados do trabalho do Grupo Inter-serviço LRRD/DPP estabelecido na Comissão em 2003, que elaborou recomendações concretas relativamente a oito países e duas regiões (Angola, Serra Leoa, Etiópia,

⁷ Neste contexto, o ECHO congratula-se com a abordagem “4 R” (Repatriamento, Reintegração, Reabilitação, Reconstrução) defendida pelo ACNUR. A abordagem “4 R” sublinha a necessidade de concentração dos esforços na ligação entre as necessidades dos refugiados e o desenvolvimento e na forma de a ajuda ao desenvolvimento promover soluções duradouras para os refugiados. C.f Documento de trabalho do Grupo Consultivo Informal sobre Soluções Duradouras (Julho de 2002). O ECHO já apoiou esta abordagem através do financiamento de operações como o repatriamento de refugiados angolanos da Zâmbia e da RDC, desempenhando simultaneamente um papel de promotor da sua reintegração mediante instrumentos de intervenção a mais longo prazo.

Sudão, Burundi, Camboja, Afeganistão, Tadjiquistão, África Ocidental e América Central) com vista a garantir uma transição eficaz da ajuda de emergência para o ciclo de cooperação a mais longo prazo.

No que diz respeito ao DIPECHO, a estratégia incide em três elementos: primeiro, um aumento moderado do orçamento, segundo, procedimentos de tomada de decisão mais rápidos que assegurem ao mesmo tempo um nível elevado de transparência e terceiro, melhor orientação das operações no sentido das zonas mais vulneráveis serem incluídas em Planos de Acção para a América Central, o Sudeste Asiático, a Ásia Central e as Caraíbas, seguindo todas elas essencialmente um ciclo de dois anos. A introdução da preparação para situações de emergência nas operações de ajuda de emergência irá ser reforçada pelo melhoramento da metodologia de identificação e comunicação de tais operações. Por último, a defesa de causas será reforçada de duas formas: através da promoção da integração das medidas DPP em instrumentos de intervenção a mais longo prazo geridos por outros Serviços da Comissão ou dadores, e através do reforço da participação do ECHO nas redes internacionais de mitigação das catástrofes. O ECHO desempenhará um papel activo a fim de assegurar que as medidas DPP se tornem uma importante componente de uma estratégia mais vasta de ligação entre ajuda de emergência, reabilitação e desenvolvimento.

A tónica nas crianças já fazia parte da estratégia de ajuda de 2003, em conformidade com a abordagem fundamentada nas necessidades característica do ECHO, uma vez que as crianças são aquelas cujo mecanismo de defesa é o mais fraco numa situação de crise humanitária. Em 2004, o Serviço continuará a promover a introdução de actividades relacionadas com as crianças nas operações humanitárias. Uma primeira avaliação revelou ser necessária uma metodologia harmonizada bem definida para tornar comparáveis as actividades que dizem respeito às crianças nas operações humanitárias e para medir o seu impacto, permitindo que se passe da medição de meros “outputs” (por exemplo, quantidade de alimentos fornecidos) para uma medição de resultados (por exemplo, número de vidas salvas). Até finais de 2004, o ECHO procurará desenvolver uma metodologia desse tipo, partindo, em larga medida, das melhores práticas e dos trabalhos já desenvolvidos por muitas organizações humanitárias, bem como recorrendo às suas próprias práticas.

Um abastecimento regular de água potável constitui uma das necessidades humanitárias mais básicas e, durante uma crise humanitária, constitui um factor diário de sobrevivência. A água é também essencial para a saúde (tanto directa como indirectamente, através do saneamento) e para a segurança alimentar, bem como para assegurar uma perspectiva de reabilitação e reconstrução a longo prazo. Assim, foi decidido acrescentar a água aos objectivos horizontais do ECHO. Em 2004, a tónica não será colocada na sua introdução (que só será parcialmente exequível a partir de 2005), mas na clarificação metodológica. O ECHO irá começar a desenvolver instrumentos metodológicos em 2004 para avaliar melhor o impacto das diversas actividades relacionadas com a água durante operações de ajuda humanitária. Além disso, a água é não só um recurso que pode salvar vidas, como também pode constituir uma causa de sofrimento humano e catástrofes, isto é, no caso de inundações. Também irão ser aperfeiçoados os instrumentos destinados a prever com maior rigor e a avaliar rapidamente as necessidades humanitárias provocadas por esse tipo de catástrofes naturais relacionadas com a água. A importância atribuída pelo ECHO à água implicará também um papel de sensibilização, informando a opinião pública da necessidade de actividades

relacionadas com a água em operações humanitárias e da necessidade de uma resposta adequada dos dadores perante uma catástrofe natural causada pela água ou pela sua falta (situações de seca).

6. PRIORIDADES GEOGRÁFICAS E SECTORIAIS EM 2004

A estratégia para 2004 irá incidir nas seguintes prioridades regionais:

África Subsariana:

A grande dimensão das necessidades humanitárias continua a constituir uma constante em todas as regiões de África. Apesar de a pressão causada pela seca na África Austral ter diminuído em alguns dos países afectados, a intensificação dos conflitos na RDC e na África Ocidental vieram colocar problemas adicionais à comunidade humanitária.

A crise humanitária provocada pela seca e por políticas de segurança alimentar deficientes na **África Austral** melhorou em alguns distritos como resultado de condições mais favoráveis na agricultura. Nomeadamente, não se prevê que o **Malawi** e a **Zâmbia** necessitem de ajuda alimentar de emergência para além da próxima época das colheitas, apesar de continuar a haver zonas carenciadas. No **Malawi**, continuará a haver apoio às Unidades de Reabilitação Alimentar ('URA') e será assegurado o alargamento de um programa de alimentação terapêutica de base comunitária para crianças desnutridas que não conseguem ter acesso às URA. As famílias extremamente vulneráveis afectadas pelo VIH/SIDA serão apoiadas através de uma operação de segurança alimentar. Esta situação contrasta com aquela que se vive no **Zimbabué**, onde a crise política com as suas implicações económicas e humanitárias profundas está longe de estar resolvida. Uma parte importante da população continuará a necessitar desesperadamente de apoio humanitário durante grande parte de 2004. O ECHO manter-se-á empenhado enquanto for dado acesso a pessoas com necessidades e a implementação das operações humanitárias puder ser feita sem comprometer os princípios humanitários. O **Lesoto** poderá necessitar de ajuda alimentar ao longo de 2004, nomeadamente nos distritos meridionais. Na **Suazilândia**, continua a haver zonas carenciadas. Para ambos os países, o enorme desafio humanitário que se coloca é o da mitigação do impacto do VIH/SIDA. Conseguir que as crianças e, nomeadamente, as raparigas frequentem e permaneçam nas escolas é a prioridade nesta questão.

No seguimento do acordo de paz de 2002 que pôs fim à guerra civil em **Angola**, o processo de reabilitação do país constitui agora o desafio principal, havendo ainda necessidades humanitárias enormes por satisfazer. O reassentamento das populações afectadas pela guerra é de importância crucial, incluindo mais de 1 milhão de IDP e cerca de 450.000 refugiados de países vizinhos, nomeadamente da RDC e da Zâmbia. A estratégia do ECHO continuará estreitamente concentrada numa abordagem **LRRD**, tendo como sectores principais os cuidados primários de saúde, a segurança alimentar e a educação.

De entre os países que estão a receber assistência no **Corno de África**, a tónica principal continuará a ser no **Sudão** onde 20 anos de guerra civil e a ocorrência frequente de catástrofes naturais devastaram áreas importantes do país. Independentemente dos resultados das negociações de paz actualmente em curso, as necessidades humanitárias continuarão a ser grandes, pelo que o ECHO irá manter

as suas actividades em 2004 de modo a prestar apoio à população mais vulnerável e necessitada. Uma abordagem multi-sectorial (saúde, nutrição, água e saneamento, segurança alimentar) centrada nos elementos essenciais do mandato do ECHO constituirá o principal objectivo. A potencial retoma de uma cooperação formal poderá abrir as portas ao melhoramento da implementação da política LRRD. Por último, e sempre que possível, haverá um reforço de uma série de sectores transversais, como protecção das crianças, questões de género e VIH/SIDA.

As operações relativas às crises esquecidas da **Somália** e **Norte do Uganda** manterão o seu perfil (sobretudo saúde, nutrição, água, saneamento) enquanto forem reduzidas as perspectivas de uma solução rápida para os conflitos internos que precipitaram o sofrimento humano. No seguimento do desgaste provocado pela seca de 2002 e 2003 nas populações que já se encontravam numa situação vulnerável da **Etiópia** e da **Eritreia**, o ECHO continuará a procurar solucionar as necessidades mais prementes, assim como a coordenar a sua actividade com a de outros serviços de modo a assegurar uma resposta eficaz em termos LRRD e DPP da Comissão, tendo em vista a consolidação do auxílio de emergência à seca. No **Quénia**, no seguimento da desactivação gradual em 2003 da resposta de emergência e pós-emergência do ECHO à seca, a situação será objecto de um acompanhamento cuidado de modo a assegurar a devida aplicação da política DPP e LRRD da Comissão

Na **África Ocidental**, o Serviço continuará a providenciar ajuda humanitária à Libéria, Costa do Marfim, Serra Leoa e Guiné. Será adoptada uma abordagem regional relativamente à África Ocidental Costeira de modo a assegurar a flexibilidade máxima na resposta a esta crise regional.

Na **Serra Leoa**, a situação geral em matéria de segurança continuou a registar melhoramentos em 2003. Este aspecto, associado à implementação bem sucedida de uma abordagem LRRD, deverá permitir ao ECHO uma redução significativa da sua contribuição financeira e a sua desactivação gradual até final de 2004. Na **Guiné**, o ECHO tenciona concentrar o seu apoio nos campos de Nzérékoré, que continuam a necessitar de ajuda de emergência.

A ajuda humanitária irá incidir sobretudo na **Libéria**, uma vez que a situação humanitária se deteriorou drasticamente. Importantes sectores da população foram deslocados devido aos combates, sendo os serviços básicos praticamente inexistentes. Ainda não é possível avaliar o alcance total da crise humanitária devido à falta de acessos na maior parte do país.

Na **Costa do Marfim**, foram realizados progressos muito positivos ao nível político através do lançamento da implementação do Acordo Marcoussis. Contudo, a situação permanece altamente volátil. O país continua dividido entre forças governamentais e as “forces nouvelles” (antigos rebeldes). Os serviços públicos não estão disponíveis em muitas partes do país.

Uma das tarefas principais a realizar na região da África Ocidental é conseguir responder prontamente a ondas contínuas de movimentos populacionais, ao nível interno e transfronteiriço. As operações irão concentrar-se no domínio da saúde (sobretudo Libéria, Costa do Marfim), nutrição (sobretudo Libéria, Costa do Marfim), assim como na água e saneamento (sobretudo Serra Leoa e Guiné), com base numa avaliação pormenorizada das necessidades em cada um dos países em

questão. As actividades de protecção e o apoio à coordenação da ajuda humanitária abrangendo toda a região também irão desempenhar um papel importante no Plano Global regional para 2004.

Na Região dos Grandes Lagos da **África Central**, em 2003 registaram-se progressos concretos, mas contudo não conclusivos, nos diversos processos de paz que decorrem ao nível regional. No **Burundi**, apesar de a passagem do poder de um Presidente de etnia tutsi para um de etnia hutu ter decorrido conforme previsto em Maio de 2003, a situação continuou tensa, continuando as facções rebeldes dissidentes fora do processo nacional. Surtos periódicos de violência continuam a destabilizar partes do país, provocando a deslocação e dificuldades às populações. O ECHO irá seguir uma estratégia multi-sectorial (saúde, nutrição, segurança alimentar, água) para poder responder rapidamente às necessidades humanitárias à medida que forem surgindo ao longo do ano.

Na **República Democrática do Congo (RDC)**, está agora em funções um governo de transição de unidade nacional. No seguimento do êxito da força Artemis liderada pela UE na estabilização de Bunia – a ONU destacou um contingente com maior número de efectivos e com um novo mandato para Ituri e para a região de Grande Kivu. Contudo, apesar de se registarem tendências globalmente positivas na frente política, a violência mantém-se nas províncias orientais. Calcula-se que a RDC tenha uma das taxas de mortalidade infantil mais elevadas do mundo (205 por cada 1000 nados-vivos), ocupando actualmente o primeiro lugar na avaliação das necessidades globais do ECHO. A deterioração dos serviços sociais (e, em especial, da saúde) conduziu a um aumento em espiral das taxas de mortalidade relativas às doenças comuns, enquanto que a prática sistemática da violação nas zonas de conflito conduziu a um avanço rápido do VIH/SIDA. O ano de 2004 vai ser um ano de grandes mudanças para o Congo e para a região mais alargada em que se insere. A ajuda humanitária será mais importante do que nunca, tendo não só em vista a satisfação das necessidades urgentes actuais em situações de conflito e pós-conflito, como também uma contribuição adequada para o processo de estabilização. Em termos geográficos, a tónica principal continua a ser as zonas de Grande Kivu e Ituri, assim como as zonas da antiga linha da frente que ficaram recentemente acessíveis. O financiamento será orientado para os dois sectores principais seguintes: saúde (detecção e contenção de grandes epidemias, cuidados básicos de saúde), alimentos e nutrição (contenção e redução das taxas de desnutrição aguda), IDP e retornados (auxílio de emergência para famílias recentemente deslocadas e ajuda ao seu reassentamento), assim como mandatos especiais (apoio a agências internacionais relacionado com actividades de protecção e coordenação).

Entretanto, a **Tanzânia** continua a constituir um local de refúgio para cerca de meio milhão de refugiados (aproximadamente um terço de congoleses e dois terços de burundianos que, na sua maioria, são oriundos de zonas que ainda estão demasiado instáveis para poderem acolher a repatriação de populações). Uma vez que as restrições por parte dos governos estão a aumentar e o apoio dos dadores internacionais está a fraquejar (o que conduz a frequentes cortes nas rações de alimentos), será essencial a continuação de apoio ao programa de refugiados da Tanzânia. Foi aprovada para 2004 a transferência do apoio à ajuda alimentar aos refugiados da rubrica orçamental 'ajuda humanitária' para a rubrica 'segurança alimentar'.

Apesar dos sinais de um regresso à normalidade após um ano turbulento em 2003, poderão vir a ser necessárias novas operações humanitárias a uma escala menor noutros países da região, nomeadamente na **República do Congo** (Brazzaville) e na **República Centro Africana**, onde o ECHO continuará a acompanhar de perto a situação. O ECHO procederá a uma avaliação global das anteriores intervenções DIPECHO nas Caraíbas. Em função dos resultados dessa avaliação, poderá ser estabelecido um novo Plano de Acção.

Novos Estados Independentes (NEI) e Mongólia

Nos **NEI**, o ECHO irá continuar a responder às necessidades humanitárias provocadas pelo conflito da **Chechénia**. As necessidades humanitárias continuam a ser elevadas, dado que a população civil continua a ser a vítima principal do conflito que é caracterizado por violações generalizadas dos direitos humanos e do direito humanitário. Na Chechénia, os cuidados de saúde e a água não funcionam praticamente, e muitas pessoas têm problemas graves na obtenção de alimentos. Fora da Chechénia, a situação das IDP na **Ingushétia** e no **Daguestão** continua a ser precária, merecendo muito pouca atenção da comunidade internacional.

Consoante as condições de acesso e de segurança, o ECHO tentará satisfazer as necessidades básicas das IDP e da população mais vulnerável da Chechénia, assim como nas repúblicas vizinhas, Ingushétia e Daguestão. As operações incluirão alimentos, cuidados médicos (com uma tónica nos cuidados de saúde materno-infantil e apoio aos hospitais pediátricos na Chechénia), abrigos, água e saneamento, protecção, actividades no domínio da sensibilização relativamente às minas e projectos psicossociais. O âmbito da assistência dependerá da evolução que o conflito e, conseqüentemente, as necessidades humanitárias tiverem. Com vista a melhorar o acompanhamento da assistência prestada, o ECHO mantém a intenção de abrir um gabinete em Nazran, o que não foi possível em 2003 devido à atitude das autoridades russas.

O ECHO irá manter a sua presença na **Geórgia**, onde é pouco provável que a situação humanitária melhore a curto prazo. O Serviço irá desactivar gradualmente a sua presença na Arménia em 2004 no seguimento de uma última decisão em 2003. Deixou de estar presente no Azerbaijão mas, face à continuação das condições difíceis existentes para muitos dos refugiados que lá se encontram, será feita nova avaliação da situação.

2004 será o primeiro ano de um plano de desactivação gradual de três anos para o **Tajiquistão**, agora que os impactos imediatos da seca e da guerra diminuíram. O TACIS terá uma intervenção mais activa em 2004, pelo que as operações ECHO serão concebidas tendo em conta o LRRD. O financiamento de actividades humanitárias deverá ser dividido de forma aproximadamente idêntica entre os sectores da água e saneamento, alimentar e da saúde, o que significa que será afectada uma proporção maior de fundos a actividades no domínio da água e do saneamento que em anos anteriores.

A não ser que haja uma nova catástrofe no Inverno com conseqüências importantes em termos humanitários, o ECHO não irá apoiar actividades de auxílio de emergência na Mongólia em 2004. Contudo, irá estudar a possibilidade de financiar

a preparação para situações de emergência, uma vez que a Mongólia é um país com propensão para catástrofes.

Países Mediterrânicos e Médio Oriente

O objectivo geral da estratégia do Serviço para a região é contribuir para evitar um agravamento das condições de vida da população vulnerável de residentes e refugiados na Palestina, nomeadamente dos que se encontram em campos de refugiados, em zonas vedadas, isoladas e remotas.

A situação humanitária nos **Territórios Palestinos Ocupados** continua a deteriorar-se a um ritmo que ultrapassa em muito a capacidade de resposta da comunidade internacional. A construção em curso do chamado “Muro de Separação” na Margem Ocidental vem agravar ainda mais a situação já de si dramática, piorar a vulnerabilidade da população e aumentar as dificuldades e os custos de quem dá ajuda humanitária. O ECHO continuará a responder orientando a sua actividade para os sectores chave da água e do saneamento, alimentação, geração de rendimentos, protecção, apoio psicossocial, defesa de causas e coordenação, e reabilitação de abrigos. Dada a sua vulnerabilidade, as crianças continuarão a ser um grupo-alvo prioritário.

Calcula-se em 430.000 ou mais o número de refugiados palestinos que, no **Líbano**, continuam a ser um grupo esquecido numa crise visível. A precariedade das condições em que vivem é exacerbada quer pela perspectiva distante de uma solução para a questão palestina em geral, incluindo a questão de saber onde essas pessoas irão acabar por viver, quer pela política aplicada às mesmas pelas autoridades libanesas. A assistência aos refugiados palestinos no Líbano prosseguirá nos sectores chave da água e saneamento, geração de rendimentos, saúde e apoio psicossocial, reabilitação de abrigos.

As necessidades humanitárias de cerca de 1.700.000 e 410.000 refugiados palestinos na Jordânia e na Síria, respectivamente, não exigem uma resposta humanitária específica neste momento. Contudo, e considerando a evolução previsível da dinâmica política no Médio Oriente, continuam a ser um grupo que causa preocupação.

A situação dos **refugiados sarauí** continua a ser uma crise esquecida, devido em especial ao desgaste dos doadores e à pouca atenção dispensada pela comunidade internacional. Continua a não haver a certeza de uma solução política para o conflito. O âmbito do apoio do ECHO ficará estreitamente associado ao progresso realizado no melhoramento da gestão das operações pelos seus parceiros na região, na sequência das diversas medidas já tomadas destinadas a reforçar o acompanhamento da distribuição de bens humanitários. Na sequência do tremor de terra na **Argélia** (Boumerdes) em 2003, a situação será objecto de um acompanhamento estreito. Consoante a evolução da situação, poderá ser necessária uma decisão para cobrir as necessidades restantes, nomeadamente no sector da saúde.

Continuam a existir inúmeras necessidades humanitárias que não foram satisfeitas no **Iémen**, em parte devido à falta de ajuda internacional. Estas necessidades poderão ser consideradas como esquecidas devido ao pouco interesse demonstrado

pela maioria dos dadores. Isto aplica-se em especial aos sectores da água e da saúde nas zonas mais remotas, que constituem os alvos principais em 2004.

No seguimento do alargamento bem sucedido do programa **DIPECHO** à Ásia Central em 2003, será lançado um segundo Plano de Acção para a Ásia Central que irá novamente centrar-se no Tajiquistão e, em menor escala, no Quirguizistão e no Uzbequistão.

Ásia e América Latina

Os dois teatros mais importantes das operações humanitárias na Ásia continuarão a ser o **Iraque** e o **Afeganistão**, que são precisamente os países que apresentam as maiores necessidades no âmbito da avaliação global das necessidades para 2004 realizada pelo ECHO. Em ambos os países, a situação da segurança deteriorou-se significativamente na segunda metade de 2003 e as actividades nas zonas em que as necessidades são mais prementes sofrem de condicionalismos graves devido às dificuldades de acesso. A segurança continuará a ser uma questão vital em ambos os países.

No **Iraque**, os sectores chave na fase de recuperação pós-guerra irão provavelmente continuar a ser o da saúde e o da água/saneamento, mas o apoio do ECHO poderá ser igualmente concedido a outros sectores, como à reabilitação de escolas, IDP e actividades envolvendo minas.

O Serviço continuará também a trabalhar em colaboração estreita com outros Serviços da Comissão envolvidos no processo de reconstrução, de modo a assegurar uma ligação adequada entre as actividades humanitárias e o processo de desenvolvimento no **Afeganistão**, onde o influxo de refugiados regista agora algum abrandamento relativamente aos níveis de retorno maciço registados em 2002. Os principais sectores serão o do apoio aos meios de subsistência e o da água, sobretudo a Sul onde continuam a ser sentidos os efeitos da seca que se prolongou por 5 anos. Haverá igualmente um nível significativo de actividades de protecção, tanto para os retornados como para os prisioneiros no Afeganistão, assim como para os refugiados afegãos que continuam no **Paquistão** e no **Irão**. Além disso, será realizado um estudo abrangente sobre a situação humanitária global no Paquistão.

As **necessidades esquecidas** continuarão a desempenhar um papel importante nas operações humanitárias do ECHO no resto da Ásia. Surge em primeiro lugar a **Coreia do Norte**, país que tem necessidades humanitárias enormes. Contudo, apesar do seu perfil político elevado, existe uma falta de atenção grave por parte dos dadores. As actividades continuarão a ser centradas no sector da saúde e procurarão introduzir mais parceiros e alargar o âmbito geográfico das operações. Segundo, no **Nepal** voltará a ser dada ajuda alimentar aos refugiados do Butão que se encontram desterrados em campos junto à fronteira, dado que não têm outros meios de subsistência. As populações afectadas pela rebelião maoista que dura há muito tempo serão objecto de actividades no domínio dos cuidados de saúde e da protecção - estando neste caso também envolvido um número reduzido de dadores. Terceiro, a situação humanitária na **Birmânia/Myanmar** continua a constituir um motivo forte de preocupação, sobretudo por ser impossível o acesso a uma grande parte do país, nomeadamente nas fronteiras com a Tailândia e a China, onde habita a maioria das minorias étnicas muito vulneráveis, devido a restrições por parte do governo. As actividades neste país incidirão na saúde, alimentação e protecção, e

continuará a ser dado apoio aos refugiados birmaneses instalados nos campos da **Tailândia**.

Na Ásia Meridional, as operações na **Índia** serão em prol das vítimas das grandes catástrofes naturais. Estas acções continuarão a responder às necessidades esquecidas das populações vulneráveis afectadas por conflitos políticos violentos, incluindo as afectadas pela situação em Jammu e Cashemira, onde o ECHO parece ser o único dador de destaque. A estratégia para o **Sri Lanka** irá depender do progresso da iniciativa de paz. Se esta avançar num caminho positivo, será dada ajuda ao reassentamento das IDP e refugiados que regressarem às suas casas. Contudo, qualquer reacendimento do conflito fará com que a ajuda seja centrada em Jaffna, que voltaria a ficar isolada de novo, e nas zonas de guerra, consoante a situação em termos de segurança. No **Bangladesh**, o ECHO só actuará no caso de se registarem inundações muito graves e generalizadas, ou outras catástrofes naturais.

No Sudeste Asiático, o ECHO prosseguirá o processo de desactivação gradual da sua intervenção no **Camboja** e no **Laos**, com uma passagem progressiva para instrumentos a mais longo prazo. Na **Indonésia** e nas **Filipinas**, será dada assistência às IDP no domínio da deslocação e do reassentamento em zonas de conflito, nos casos em que as capacidades para enfrentar a situação não forem adequadas. As actividades serão igualmente alargadas a toda a região, incluindo o **Vietname** e **Timor Leste**, no caso de ocorrer alguma catástrofe natural de grandes proporções, em especial, inundações. Também na **China** a resposta irá incidir apenas em grandes catástrofes naturais, normalmente nas zonas mais remotas, como o Tibete e Xinjiang.

Na **América Latina**, a **Colômbia** voltará a constituir a principal zona de intervenção, com uma tónica na ajuda às IDP no domínio da sobrevivência e da instalação nas suas novas situações no primeiro ano após a sua deslocação.

Agora que a situação alimentar nos países da **América Central** dá sinais de melhoramentos, só serão levadas a cabo operações como resposta a catástrofes naturais nos casos em que a população local não consiga lidar com a situação.

No que se refere ao programa **DIPECHO**, serão estabelecidos Planos de Acção em 2004 para a América Central e para o Sudeste Asiático, com uma tónica nas necessidades muito específicas nos domínios da preparação para situações de emergência e mitigação de problemas de pequena dimensão identificados através de uma avaliação de anteriores Planos de Acção. Será igualmente dada prioridade ao estabelecimento de ligações com actividades que visem a redução de riscos.

7. PRIORIDADES RELACIONADAS COM OS PARCEIROS

2004 será o primeiro ano de aplicação de um quadro jurídico e financeiro renovado que regerá a relação do ECHO com as suas diferentes famílias de parceiros (agências da ONU, organizações internacionais e ONG). Esses quadros deixarão de incidir no controlo dos inputs, privilegiando a definição de objectivos e indicadores claros tendo em vista uma melhor medição e avaliação do desempenho das operações financiadas pelo Serviço.

Após a entrada em vigor do novo regulamento financeiro das Comunidades Europeias e das suas regras de execução em Janeiro de 2003, o Acordo Financeiro e

Administrativo entre a Comunidade Europeia e as Nações Unidas (FAFA) foi assinado em 29 de Abril de 2003 e é aplicado a todos os acordos de contribuições específicas entre a Comissão e agências das NU.

Os novos Acordos-Quadro de Parceria (adiante designados 'AQP') com ONG e com Organizações Internacionais (isto é, abrangendo Organizações Internacionais que não sejam partes do FAFA, como o CICV e a FICV) já estão concluídos e vão entrar em vigor em 1 de Janeiro de 2004.

Os AQP com as ONG não foram renovados automaticamente. Todas as anteriores ONG parceiras que quiseram assinar o novo AQP tiveram de submeter-se a um procedimento de selecção fundamentado em critérios de qualidade, conforme estabelecido pela Comissão Europeia no seu Regulamento Financeiro novo. Este processo será aplicado a partir de 1.1.2004 a todos os novos pedidos de parceria.

A formação do pessoal dos parceiros será uma questão crucial em 2004 de modo a permitir uma transição tão harmoniosa quanto possível do actual para o novo enquadramento jurídico. Para tal, será levado a cabo durante o primeiro semestre de 2004 um programa de formação completo que abrangerá o pessoal ao nível da sede e do terreno. Será distribuído a todas as ONG interessadas material de formação concebido para a aprendizagem à distância. O ECHO tenciona igualmente apoiar iniciativas dos parceiros propriamente ditos para a criação de materiais de formação e para a organização de seminários. Para tal, será publicado um convite à apresentação de propostas destinado a seleccionar os projectos adequados.

O procedimento de selecção acima referido deverá permitir ao Serviço o estabelecimento de uma rede de parceiros de qualidade para a implementação das operações de ajuda humanitária.

Em termos de **auditorias**, o ECHO continuará a utilizar a prática estabelecida de auditoria dos projectos concluídos na sede dos parceiros num ciclo de dois anos. A tónica na validação dos custos e na análise da adequação dos sistemas financeiros dos parceiros será mantida. À medida que aumenta o número de auditorias concluídas, começará a desenvolver-se uma nova tarefa de análise das acções levadas a cabo pelos parceiros relativamente a recomendações feitas em auditorias anteriores. Os projectos em curso no terreno continuarão também a ser objecto de auditoria, sendo a selecção da auditoria decidida em função do perfil de risco e dimensão do parceiro. Para assegurar a actualidade do processo de auditoria, a metodologia do mesmo continuará a ser aperfeiçoada, utilizando de forma eficaz os recursos de auditoria externos e internos.

8. OUTRAS QUESTÕES HORIZONTAIS E PRIORIDADES

Financiamento temático: Numa escala limitada, o ECHO continuará a implementar também uma abordagem temática relativamente aos financiamentos, tendo em vista o apoio aos mandatos especiais de parceiros específicos. A condição será a de que as contribuições temáticas confirmam uma mais valia na satisfação de necessidades humanitárias e no reforço das capacidades de resposta da comunidade humanitária, incluindo segurança do pessoal. Em 2002/2003, o ECHO já apoiou o ACNUR na execução do seu mandato essencial, isto é, a protecção dos refugiados, financiando as suas operações no domínio da protecção, da segurança e de registo. Estas verbas permitiram ao ACNUR desenvolver um instrumento informático tendo

em vista um sistema único de registo de refugiados que será aplicado em 20 países em 2004. Em 2004, está a ser considerado o apoio a actividades temáticas adicionais, incluindo possivelmente os direitos das crianças e o melhoramento dos mecanismos de coordenação das operações humanitárias.

Avaliação: Tal como em 2003, o programa de avaliação do ECHO será sincronizado com a gestão das operações humanitárias, mantendo a sua tónica em três pontos: **operações nacionais** (planos globais, decisões e contratos de operação); **parceiros** (por exemplo, MSF); e **questões temáticas** (por exemplo, água, crianças, género, etc.). Contudo, e especialmente na escolha dos estudos e questões temáticas seleccionados para serem integrados em esforços de avaliação conjuntos com determinados Estados-Membros da UE, o plano anual de avaliação do ECHO mostrará uma ligação mais forte com o ciclo de programação estratégica do ECHO para melhor avaliar as suas actividades relativamente aos objectivos estratégicos. Para reforçar ainda mais o apoio a esta ligação, o programa relativo às avaliações terá um horizonte temporal superior a um ano. Também deverá a partir de agora ser dada uma tónica adicional à utilização de avaliações, estudos e análises para a criação de metodologias, orientações e instrumentos que possam ser utilizados para apoiar os parceiros do ECHO nos seus esforços de criação de capacidade técnica.

Estratégia de informação e comunicação: As actividades de informação em 2004 incidirão na comunicação de valores, princípios e realizações concretas de ajuda humanitária da UE, com um destaque especial para a necessidade de manter um “espaço humanitário” durante as crises e de preservar a dignidade das populações durante a ocorrência de situações humanitárias extremas.

A estratégia pautar-se-á por quatro orientações essenciais: visará multiplicadores da informação, como líderes de opinião da UE e dos países aderentes, jovens ou os meios de comunicação; incidirá num número reduzido de mensagens chave essenciais; desenvolverá um reflexo de informação mais alargado, passando de acções destinadas meramente a criar visibilidade, para uma promoção activa de princípios e valores humanitários; e, por último, aplicará uma abordagem rigorosa em termos de rentabilização dos custos, utilizando os recursos disponíveis para obter o máximo efeito possível. Isto implica, entre outras coisas, uma utilização mais alargada de ferramentas de informação de grande impacto, como as produções audiovisuais e a Internet.

Melhoramento dos sistemas de apresentação de relatórios e do ambiente TI: A abordagem fundamentada no desempenho seguida pelo ECHO, entre outras actividades, com o novo AQP, será apoiada por uma adaptação das suas ferramentas de apresentação de relatórios e sistemas de TI existentes. O acompanhamento eficaz das operações financiadas depende em larga medida dos inputs fornecidos pelas delegações que se encontram no terreno. Assim, é crucial que os relatórios providos do terreno permitam ao ECHO fazer um acompanhamento da realização dos seus objectivos e medir o impacto das operações de ajuda humanitária. Deste modo, serão utilizadas novas orientações em matéria de apresentação de relatórios pelos seus peritos que se encontrarem no terreno, o que deverá facilitar a implementação e o acompanhamento da estratégia anual de ajuda, a monitorização das decisões de financiamento e a avaliação das operações dos parceiros.

No contexto do HOLIS (“Sistema de Informação Local do Serviço Humanitário”), programa plurianual do ECHO para melhorar o seu ambiente no domínio das tecnologias da informação (TI), o programa de acção para 2004 irá incidir no desenvolvimento de uma aplicação de software para a nova folha de cálculo para a avaliação dos projectos ("FichOp 2G"). No final de 2004 estará disponível um protótipo. Inclui também as adaptações necessárias dos sistemas de informação locais às alterações previstas nas aplicações financeiras das Comissão (por exemplo, SINCOM III e CRIS).

Segurança dos trabalhadores afectos à ajuda de emergência: O melhoramento da protecção e da segurança do pessoal humanitário e do pessoal ECHO continuará a ser um tema muito importante em 2004. O Serviço prosseguirá os seus esforços para reforçar o seu próprio sistema de gestão da segurança na sede e no terreno através de uma melhor coordenação e colaboração em questões de segurança com os parceiros humanitários adequados. Os mecanismos de segurança dos parceiros vão também ser reforçados. Serão levadas a cabo diversas iniciativas no domínio da formação e do equipamento. Nomeadamente, o ECHO continuará a financiar equipamento de segurança (por exemplo, rádios VHF) no âmbito de contratos regulares. Providenciará também um maior apoio a projectos específicos relacionados com a segurança e a estudos com os parceiros adequados.

O ECHO vai seguir de perto e apoiar o trabalho das Agências da ONU relativamente aos passos que tomar para assegurar a protecção do pessoal das Nações Unidas, pessoal associado e pessoal humanitário nas zonas de conflito, conforme estabelecido na Resolução nº 1502 (2003) do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Continuará a desempenhar um papel de defesa da filosofia na qual este documento se fundamenta, nomeadamente o facto de a ajuda humanitária dever ser neutra para evitar ficar refém de considerações políticas e prejudicar a segurança dos trabalhadores afectos à ajuda humanitária.

9. CONCLUSÃO

O ECHO continuará empenhado numa política de respeito escrupuloso pelos princípios e valores fundamentais da ajuda humanitária, nomeadamente neutralidade, imparcialidade e independência. Considera que o respeito integral por esses princípios é mais importante do que nunca devido às tendências preocupantes que se registam, quer num contexto institucional, em que determinadas forças políticas tendem a considerar a ajuda humanitária como um instrumento de política externa ou de gestão de crises, quer na realidade que se manifesta cada vez mais perigosa no terreno, sendo as próprias organizações humanitárias alvo das facções em guerra.

Para o ECHO, a melhor maneira de preservar o “espaço humanitário” é mantendo um nível elevado de compromisso relativamente aos bons princípios da ajuda humanitária, isto é, dar assistência com base nas necessidades, e não com base em considerações políticas, continuando empenhado na prestação de uma ajuda de alta qualidade e na manutenção de um diálogo transparente com outros intervenientes chave, quer ao nível bilateral, quer em fóruns humanitários multilaterais.

A experiência havida com as crises recentes registadas no Afeganistão, no Médio Oriente e no Iraque demonstra que os princípios acima enumerados constituem requisitos chave para uma prestação eficaz de ajuda, para a manutenção do acesso

às populações necessitadas e para a salvaguarda das vidas e da segurança do pessoal humanitário.

Ao mesmo tempo que se procuram mecanismos adequados e relevantes de partilha de informação, as actividades de gestão de crises político-militares deverão ser escrupulosamente separadas das operações de cariz meramente humanitário. O respeito pelo direito internacional humanitário por parte de todos os envolvidos, incluindo os dadores, continua a constituir a pedra angular da ajuda humanitária, que continua a ser a única linha de vida para milhões de pessoas desesperadas.